

## FOZ CÔA: REFERÊNCIA UNIVERSAL DE UMA NOVA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA\*

por

Vítor Oliveira Jorge

Pude de novo percorrer, recentemente, certas áreas do vale do Côa e de pequenos afluentes do Douro no território de Foz Côa, na companhia de Susana O. Jorge (U.P.), de alguns colegas que ali trabalham e de vários amigos locais, que nos ajudaram a localizar inúmeros sítios com gravuras. Confirmámos, uma vez mais, o que já se sabia: toda a região de Foz Côa e, provavelmente, de concelhos limítrofes, está literalmente pejada de rochas contendo gravuras rupestres de todas as épocas, do Paleolítico Superior à actualidade. Entre elas, têm particular destaque inúmeras figuras pertencentes a várias etapas do Paleolítico Superior; representações (algumas pintadas) da chamada “arte esquemática” pós-paleolítica, como por exemplo um magnífico veado de Vale de Cabrões, ou os antropomorfos com extremidade corniforme do Orgal; e uma plêiade de figurações filiformes, características da Idade do Ferro, com paralelos em Vale da Casa (Foz Côa) e, eventualmente, no friso da Fraga d'Aia (abrigo que escavei em Paredes da Beira, S. João da Pesqueira, em 1988, com a colaboração de vários colegas). No vale da Vermelha, não longe da estação de caminho de ferro do Côa (lamentavelmente abandonada pela CP), num painel magnífico voltado ao Douro, um característico cervídeo estriado típico do Paleolítico Superior (quem tiver dúvidas, compare com as placas da gruta de Parpalló, em Valência, Espanha, estudadas por quem já visitou o vale do Côa — o Prof. Villaverde Bonilla) é sobreposto por um guerreiro, armado de lança, da Idade do Ferro. Este simples painel (“simples” é uma forma de dizer, uma vez que está recamado de gravuras, entre muitos outros das redondezas) é um claro desmentido das ridículas datas apontadas por alguns “cientistas de arte rupestre”, e ao mesmo tempo um atestado da sua ignorância profunda sobre a nossa Pré-história. Visitámo-lo na companhia de João Zilhão, da U.L. e sua equipa, e do Sr. José Constâncio, de Foz Côa, que ali nos conduziu.

---

\* Publicado no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de 30-08-95.

Tais factos, associados ao recente achado, pela equipa de especialistas do período paleolítico (João Zilhão, da Univ. de Lisboa, e José Meireles, da Universidade do Minho), de artefactos do Paleolítico Superior em pleno vale do Côa (v. *Expresso* de 19-08-95), e de novas e importantes descobertas do séc. VI (possível basílica) na Quinta da Ervamoira, pela equipa da Gonçalves Guimarães (Gabinete de História e Arqueologia de Gaia) (v. *Diário de Notícias* de 17-08-95) acentuam a imprescindibilidade de criação, na área, de um Parque Natural e Arqueológico, várias vezes proposto.

De facto, o constante achado de novas gravuras em áreas que não seriam afectadas pela projectada barragem de Foz Côa só acentua a importância e viabilidade da criação de tal Parque, tanto mais que no próprio vale do Côa gravuras de todas as épocas não cessam de aparecer, aos olhos espantados de diversos elementos da população local que, perante a escassez de meios disponibilizados pelo IPPAR, decidiram pôr eles próprios mãos à obra e realizar o programa de prospecções que o EIA de 1989 recomendava com veemência, estendendo-o a vales inteiros da região. Tal programa deveria ser considerado, por um governo responsável na área do património, como uma prioridade nacional, ao revés do que está acontecendo.

Aliás, estudos que vêm de há muitos anos apontam para a excepcional importância da região do Côa e áreas circunvizinhas. Basta recordar os trabalhos efectuados no decurso da preparação de cartas arqueológicas e outros levantamentos, desde Adriano Vasco Rodrigues (Meda) a António Sá Coixão (V.<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> de Foz Côa).

Em Freixo de Numão encontra-se, ao dispor dos visitantes que agora tanto se acercam da região, um povoado pré-histórico, muralhado, para cuja importância convém alertar uma vez mais. Tem sido escavado desde 1989 sob direcção de Susana Oliveira Jorge, e é atribuível às Idades do Cobre e do Bronze (entre c. de 2.200 e c. de 1.200 a.C.). A sua extraordinária importância advém-lhe do facto de ser o único sítio do Calcolítico com muralhas e bastiões no Norte de Portugal: ora, como é sabido, essa modalidade arquitectónica é típica do Sul da Península, de Los Millares em Almeria, a Zambujal (Torres Vedras), não parecendo ser indiferente a ambiência “mediterrânica” de Foz Côa ao aparecimento, em tal região, de uma forma de arquitectura tão caracteristicamente meridional.

Também no concelho da Meda, em Longroiva, foi detectado, há muitos anos, um extraordinário monumento do Bronze Antigo (1.<sup>a</sup> metade do II.<sup>o</sup> milénio a.C.), agora exposto no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa como um dos “ex libris” da exposição “A Idade do Bronze em Portugal – Discursos de Poder”, comissariada por S. O. Jorge. Trata-se de um enorme bloco granítico, em cuja face principal, apainelada, foi gravada a figura de um indivíduo rodeado das suas armas (alabarda, punhal, arco), atributos de poder e, provavelmente, de sacralidade.

Esta “estela” ou “estátua-menir” de Longroiva, como é conhecida, é, nas suas características, caso único na Península, onde escasseiam, precisamente, os exemplares do Bronze Antigo. Tem uma cabeça encimando a figura, cabeça essa que já é em parte esculpida no rebordo superior da peça, conferindo à mesma uma dupla hipótese de leitura; se ela é um bloco insculturado com uma figura humana, parece também, no seu conjunto, querer conotar tal figura como tal, como se a “estátua-menir” quisesse “emergir” do bloco ou “estela”. Encontra-se, cronologicamente, entre as estátuas-menires do tipo Cabeço da Mina (Vila Flor) — um sítio próximo de Foz Côa, igualmente excepcional, e sobre o qual se espera que ocorra em breve um estudo condigno, a cargo de técnicos do IPPAR — e as estátuas-menires de Chaves, já do Bronze Final, e agora expostas também em Lisboa.

A região do rio Côa e áreas limítrofes não param, assim, de nos surpreender. São um alfobre da Pré-história e Arqueologia nacionais e internacionais, alfobre esse durante muito tempo mantido no olvido, devido à interioridade da região e ao atraso dos estudos de inventariação arqueológica em Portugal, estudos que urge rapidamente desenvolver.

Num recente documento do Conselho da Europa, anuncia-se a realização, em Oxford, de 20 a 22 de Setembro próximo, de um Colóquio sobre “O Património Arqueológico: Normas relativas ao Inventário e à Documentação na Europa”, no qual Portugal estará representado (a nível de apresentação de comunicações) por três colegas. Congratulamo-nos com o facto, porque esse colóquio é muito importante para nós, neste momento, nós que estamos a braços com a candente situação do Côa. Significativamente, na introdução do tema da reunião, o documento explicita que (permitimo-nos transcrever): “o património arqueológico na Europa está submetido a diversas formas de pressões económicas e sociais. Hoje estamos mais conscientes da importância do contexto geográfico na compreensão dos sítios arqueológicos, mas a influência das forças económicas modernas põe gravemente em risco a sobrevivência de paisagens herdadas de todas as épocas. É urgente que as organizações de salvaguarda do património façam o inventário das paisagens arqueológicas na sua totalidade para lançar as bases do debate sobre a gestão e a preservação dos sítios”.

De facto, é angustiante pensar que a Arqueologia, à medida que refina os métodos e obtém alguns meios de trabalho, perde cada dia o seu objecto específico. O que é que está aqui, verdadeiramente, em causa? A Arqueologia já há muito que não tem como unidade informativa o objecto, ou a “estação”, repositório de objectos, mas a realidade inteira envolvente. Nesse sentido o transplante de testemunhos arqueológicos ou o seu “isolamento” em “ilhas” numa paisagem devastada (por plantio de eucaliptos, por exemplo) é um desastre e um erro conceptual básico. Neste aspecto, os países nórdicos são precursores, ao integrarem em organismos estatais relacionados com o ambiente a salvaguarda dos bens ar-

queológicos. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde há numerosos parques nacionais, esses bens arqueológicos estão relativamente protegidos nessas áreas, embora fora delas já o panorama não pareça tão feliz.

Se continuar isolada na área da “Cultura” (mesmo que elevada a Ministério) a Arqueologia arrisca-se a permanecer “entalada” financeiramente entre a urgência de acorrer a outros elementos patrimoniais mais “visíveis”, em decadência por esse país fora (palácios, mosteiros, castelos, etc.) e actividades culturais mais mediáticas, como os espectáculos, exposições, etc. Por outro lado, se a encararmos pelo prisma da investigação científica, cada vez mais tecnocratizada, é óbvio que a Arqueologia, como ciência humana, terá sempre uma fatia muito insuficiente do orçamento do Estado, ou dos programas tipo Praxis XXI. Por isso defendo a criação de um Instituto Português de Arqueologia que, embora integrado num Ministério da Cultura, disponha de alguma autonomia e de meios legais para estabelecer acordos transversais com outros sectores da intervenção no território, por onde o património arqueológico se encontra espalhado, em surgimento constante, e sujeito a ameaças no limite imprevisíveis, como acontece com a floresta em relação aos fogos, se me é permitida a analogia.

A sociedade industrial em que vivemos é, por vocação, destruidora, homogeneizadora por excelência e, não se podendo “patrimonializar” tudo, há que insistir no planeamento e prevenção, por um lado, e, por outro, há que alijar o Estado de muitas responsabilidades a que ele não pode fazer face, por maior que seja o orçamento. A Arqueologia depende da regionalização, do envolvimento das autarquias, mas, em última análise, de todos os cidadãos, que terão de definir qual é a “paisagem” em que querem viver. Estamos mais uma vez perante um problema de educação, em que os bens arqueológicos, para serem mantidos, terão que ser sentidos como uma necessidade pelo colectivo local, regional, ou nacional, que é quem, em última análise, os vai pagar.

O Cda, ao revelar a ignorância em que sobre Pré-história se encontram tantas figuras públicas nacionais (“aquilo não é espectacular”, “aquilo quase não se vê”, “são garatujas, não gosto” — numa atitude de altivez e displiscência que recorda as reacções com que foi recebida pelo pública a arte moderna, em várias das suas etapas), veio alertar para o nosso subdesenvolvimento gritante neste aspecto. Chega a apetecer perguntar o que é que grandes pintores contemporâneos, de Picasso a Paul Klee (para só citar dois clássicos), passaram a vida a fazer, senão “garatujas”? Que seriam as artes africana ou oceânica, tão cotadas hoje no mercado, senão um conjunto de objectos mais ou menos esquisitos e exóticos, não fosse a evolução do gosto nestas últimas décadas? O que seria a música de Stockhausen ou de Berio, para um ouvido pouco “educado”, senão um conjunto de ruídos verdadeiramente “pré-históricos”?

Precisamos de nos munir de uma paciência infinita para dialogar com toda

a gente, evitando precisamente atitudes arrogantes, e procurando, no jogo de culturas concorrentes em que nos encontramos, impor a nossa, explicar por que razão muita coisa terá de ser destruída, para termos todos mais conforto, mas não tudo. De outro modo, no engodo desse conforto, desse “desenvolvimento” cego, perder-se-ão todas as hipóteses de felicidade.

*Porto, Agosto de 1995*